

PARA ACÇÕES DE PROMOÇÃO DO GÉNERO: Mulher parlamentar quer mais do Orçamento do Estado

08 Novembro 2016



A MULHER parlamentar quer que o Orçamento do Estado para 2017 destine parte significativa das dotações às acções que visam a promoção do género. Esta posição foi defendida sábado em Chidenguele, província de Gaza, no seminário de capacitação das deputadas em matéria de fiscalização orçamental.

O Orçamento do Estado para 2017 vai ser apreciado nos próximos dias pelo Parlamento. As deputadas da Assembleia da República, membros do Gabinete da Mulher Parlamentar (aliás todas as deputadas são membros deste Gabinete), pretendem colocar esta preocupação no decurso da apreciação e emissão de pareceres nas comissões especializadas do órgão legislativo e no plenário, quando a proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano for a debate.

Dados disponíveis dão conta que somente 0,1 por cento do Orçamento do Estado é destinado à promoção de assuntos do género no país. O que está convencionado é que, se quiserem promover

o equilíbrio do género, os países com desigualdades devem destinar, no mínimo, um por cento dos seus orçamentos nacionais às questões do género.

Raquel Coello Cremades, consultora do projecto Pro PALOP-TL ISC, que financiou o evento, disse, falando a jornalistas, que o plano nacional de acção para o avanço da mulher e o plano nacional de combate à violência contra a mulher tem medidas e acções que têm que ser implementadas, algumas das quais ainda não estão contempladas no Orçamento do Estado.

Disse que apesar do esforço do Governo nesse sentido ainda há a necessidade de se progredir. Raquel Cremades afirmou que comparativamente a outros países da CPLP, Moçambique tem estado a avançar em vários aspectos no que diz respeito à promoção do género, sublinhando, todavia, que ainda há fossos que têm de ser abordados, nomeadamente os desafios que são colocados pelo plano nacional de acção para o avanço da mulher e o plano nacional de combate à violência contra a mulher.

“A violência contra a mulher, por exemplo, ainda é um problema que ainda não está completamente resolvido. Precisa ser trabalhado e com recursos necessários. Há muitos serviços que a maioria das mulheres ainda não tem acesso. Esses desafios estão colocados nos documentos do país”, disse.

Seminário idêntico de capacitação da mulher parlamentar em matéria de fiscalização orçamental baseada no género foi realizado em Cabo Verde, no âmbito do projecto. Raquel Coello Cremades disse que as deputadas daquele país participaram tanto nas comissões especializadas como no debate em plenário, colocando questões prioritárias da igualdade do género e conseguiram que as despesas alocadas ao respectivo plano pudessem ser acrescidas de acordo com as necessidades concretas e identificadas.

Disse esperar que as deputadas da Assembleia da República tenham adquirido ferramentas próprias, adaptadas ao contexto e à legislação do país, sobre a forma como o Orçamento é feito em Moçambique e enriquecer o debate sobre as questões do género e que possam ser capazes de fiscalizar a sua implementação, com conhecimentos sólidos na vertente das prioridades.

A presidente do Gabinete da Mulher Parlamentar, Francisca Domingo Tomás, disse no seu discurso por ocasião do seminário que as deputadas da Assembleia da República saíam do encontro mais fortalecidas e com ferramentas necessárias para analisar, na perspectiva do género,

o Orçamento do Estado de 2017 e a sua implementação e desta forma advogarem com propriedade por uma maior integração na apreciação deste documento no plenário.



Numa intervenção feita durante o debate, Francisca Domingo Tomás defendeu a necessidade de se incluir homens nos debates sobre as desigualdades de género pois, segundo afirmou, a promoção da igualdade deve ter como ponto de partida a família. Foi dito no seminário que por mais que o Governo se esforce, se as famílias não se engajarem na promoção do equilíbrio entre os seus membros não haverá avanços desejados.

Foi afirmado que dentro das famílias a mulher tem de estar na vanguarda da promoção da igualdade, numa luta incansável visando inculcar no seu parceiro a ideia e o espírito da necessidade de haver equilíbrio no seio familiar. Foi igualmente dito que a união de todas as mulheres é fundamental, devendo-se eliminar qualquer forma que tenha em vista a auto-exclusão, intriga ou combate entre si no que diz respeito ao acesso a posições cimeiras de direcção e chefia.

A igualdade de género é um princípio universal de direito e um compromisso de dimensão global reconhecido nos principais instrumentos internacionais sobre os direitos humanos, aplicável tanto aos Estados a respeito dos seus cidadãos, como nas relações internacionais. A igualdade de género é também uma questão fundamental do desenvolvimento económico e social e da construção da democracia, em termos políticos, sociais e económicos.

Actualmente, o desenvolvimento humano só pode ser compreendido com referência ao respeito dos direitos humanos das mulheres e homens à educação, saúde, habitação, emprego, igualdade perante a lei, ao respeito pela sua integridade física, à liberdade de expressão, movimento e participação política, entre outros.

Promover a igualdade de género implica tanto combater as causas como abordar as consequências da discriminação contra as mulheres e das desigualdades de género, ao mesmo tempo promover um quadro institucional favorável para o alcance deste objectivo.

A União Europeia e o PNUD, através do “Projecto para o Reforço das Competências Técnicas e Funcionais das Instituições Superiores de Controlo, Parlamentos Nacionais e Sociedade Civil para o Controlo das Finanças Públicas nos PALOP em Timor-Leste”, são parceiros da Assembleia da República.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/61696-para-accoes-de-promocao-do-genero-mulher-parlamentar-quer-mais-do-orcamento-do-estado.html>